

Tecnocracia e educação: a utopia político-social saintsimoniana*

Technocracy and education: the political-social utopia saintsimonian

Flávio Reis Santos**

José Carlos Rothen***

* Este artigo é parte constituinte de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul. Professor na UFSCar. E-mail: reisdossantos.flavio@gmail.com

*** Graduado e mestre em Filosofia pela PUC/Campinas e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, SP. Professor na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: jcr3219@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do presente estudo é o de identificar a fundamentação tecnocrática contida na obra de Saint Simon para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como apontar a utilidade instrumental do campo educacional para a adequação dos sujeitos aos padrões definidos e/ou convencionados pela sociedade. Para tanto, optamos por empreender uma pesquisa de cunho bibliográfico, na razão em que acreditamos que os livros e as obras de referência constituem fonte perene da qual é possível retirar as evidências de que precisamos para sustentar teoricamente as nossas declarações e argumentações. No seio da utopia *saintsimoniana*, concluímos que a sociedade tecnocrática pode ser apreendida pela primazia da eficiência técnica produtiva, pela utilização e aplicação racional dos recursos materiais e intelectuais, pela valorização das atividades inerentes ao exercício da autoridade profissional na perspectiva de garantir o bem-estar individual e coletivo de toda a sociedade.

Palavras-chave

Tecnocracia. Educação. Saint Simon.

Abstract

The objective of the present study is to identify the technocratic reasoning contained in the works of Saint Simon for the construction of a fairer and more egalitarian society, as well as pointing out the instrumental utility of educational field to the appropriateness of the subject to the standards set and/or contracted by the company. To this end, we undertake a search of bibliographic slant, in reason we believe that the books and works of reference are perennial source from which it is

possible to remove the evidence we need to sustain our declarations and theoretical arguments. Within the *saintsimonian* utopia, we conclude that the technocratic society can be seized by the primacy of productive technical efficiency, by use and rational application of intellectual and material resources, the appreciation of the activities inherent in the exercise of professional authority in order to guarantee the individual and collective well-being of society as a whole.

Key words

Technocracy. Education. Saint Simon.

1 Localizando o estudo

O estabelecimento da sociedade capitalista assentado na propriedade privada dos meios de produção transformou o trabalhador em mero vendedor de sua força de trabalho para produzir as mais variadas mercadorias. O salário que recebe paga apenas uma parte do tempo que emprega no trabalho. O excedente produtivo gerado por ele caracteriza-se pelo “prolongamento da sua jornada de trabalho além do ponto em que produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho que é apropriada pelo capital” e constitui o ponto de partida da exploração capitalista e o seu estabelecimento como sistema econômico hegemônico (MARX, 1982, p. 585).

O capitalismo representa, em si, o movimento de expansão e diversificação do processo produtivo de criações múltiplas que não deve ser dissociado do movimento de produção intelectual que resultou no surgimento das ciências positivas, bem como na emergência de novos critérios de verificação, análise e certificação científicas. Do mesmo modo, as técnicas industriais e as artes e ofícios não podem ser separadas da evolução das ciências da natureza, visto que o

progresso do conhecimento científico se encontra vinculado ao desenvolvimento industrial.

É nesse contexto que localizamos as propostas tecnocráticas de Claude Henri de Rouvroy, o Conde de Saint Simon, as quais se apresentam como alternativa política caracterizada pela perspectiva da instituição de uma administração científica do Estado, na qual e pela qual os interesses privados e as ideologias capitalistas deveriam ser desprezados, em prol da promoção do bem-estar comum da população mundial. Os problemas políticos, econômicos e sociais deveriam ser solucionados e superados a partir da aplicação de técnicas eficientes e eficazes de planejamento, coordenação e direção da administração de uma nova sociedade conduzida, portanto, por uma racionalidade tecnocrática.

Intencionamos identificar, nos escritos *saintsimonianos*, as proposições teóricas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como discutir a disposição do campo educacional e a necessidade de seu ajustamento à satisfação dessa nova sociedade. Na primeira seção deste estudo, apresentamos os fundamentos

teóricos que orientam as teses gerais do Conde de Saint Simon. Na segunda seção, abordamos as suas apreensões acerca do contexto histórico que o envolveu para a proposição da instituição de uma sociedade tecnocrática. Na terceira seção, concentramos os nossos esforços nas proposições organizacionais *saintsimonianas* para a direção da sociedade orientada pela racionalidade técnico-científica.

Na quarta seção, apontamos as concepções de Saint Simon acerca da educação, da instrução, do ensino e apresentamos as suas teses para o estabelecimento de um sistema público de ensino para atender as demandas da sociedade. Na última seção, apresentamos as nossas considerações finais, apontando os fundamentos tecnocráticos *saintsimonianos* centrais para a instituição da nossa sociedade.

2 Capitalismo e utopia tecnocrática

Saint Simon influenciou significativamente os debates econômicos, políticos e sociais, em virtude da peculiaridade de suas proposições sobre uma estrutura social global, planejada para substituir a vigência do capitalismo, orientada pelo ideal industrial, pela primazia e valorização da técnica e da produção em seu limite máximo. A essa peculiaridade, empregamos o termo *tecnocracia*, consubstanciado no pioneirismo e originalidade de seu autor, bem como na profundidade teórico-científica de suas concepções que devem

ser consideradas como uma alternativa político-social ao capitalismo.

Na concepção do intelectual francês, a elaboração de um novo sistema de conhecimentos científicos resultaria numa reorganização dos sistemas de religião, de política, de moral, de educação pública e especialmente do clero, com a ocorrência de uma substituição sumária dos sacerdotes pelos cientistas, os quais concentrariam em suas mãos todas as funções, direitos e privilégios atribuídos até então ao corpo eclesiástico, e cuja substituição era perfeitamente coerente com o caráter essencialmente elitista da tecnocracia (SAINT SIMON, 2004).

Dois dos principais fundamentos de orientação da sociedade tecnocrática são representados pela eficiente utilização e pela eficaz aplicação dos recursos materiais e imateriais na perspectiva de garantir o pleno emprego das fontes de energia e matérias-primas, equipamentos e força de trabalho para suprimir o desperdício de qualquer ordem e assegurar à humanidade o fornecimento e a distribuição das riquezas produzidas para a promoção irrestrita do bem-estar social.

Os recursos materiais devem ser compreendidos na razão de sua concretez, disponíveis em sua forma natural (terra, árvores, minerais etc.) ou desenvolvidos pela ação transformadora do homem como casas, prédios, fábricas, ferramentas, máquinas e demais equipamentos empregados na produção de um bem ou mercadoria. Os recursos imateriais são aqueles de natureza

abstrata, associados à inteligência e intelectualidade humanas, à formação técnica e acadêmica dos cientistas, industriais, engenheiros e aos conhecimentos acumulados ao longo da história da civilização estritamente necessários ao estabelecimento e desenvolvimento da indústria e da sociedade.

De acordo com Saint Simon, as bases para impulsionar a construção de uma sociedade liderada e dirigida pela racionalidade técnica e produtiva dos cientistas localizavam-se na força e nas relações econômicas da própria sociedade. A construção de uma nova ordem social e a promoção do bem comum seriam possíveis mediante a aplicação e o desenvolvimento de técnicas industriais eficazes para o progresso produtivo e para fornecer à classe industrial informações, conhecimentos, instrumentos e ferramentas, necessárias para a retirada dos nobres, militares, clérigos, legistas, metafísicos e rentistas da direção da sociedade (SAINT SIMON, 1875, p. 38-45).

A histórica relação paradoxal entre explorador e explorado, dominante e dominado, burguesia e proletariado, associada ao estado de coisas¹ da so-

ciidade europeia dos primeiros anos do século XIX seria superada, segundo Saint Simon, pelo concurso da indústria e da ciência, pois somente “os cientistas, cada um em seu domínio, eram os homens que possuíam as condições de fornecer à sociedade os meios úteis para realizar esse empreendimento”, visto que as “pessoas ricas não têm tido, até o presente, outra ocupação além de mandar e obrigar outros braços e cabeças a trabalhar em seu favor” (SAINT SIMON, 2004, p. 10). Somente a própria ciência poderia assegurar a sua utilidade e demonstrar que os cientistas eram homens superiores, pois apenas o interesse comum era importante: o progresso científico e industrial para a superação da sociedade capitalista em direção à instituição da sociedade tecnocrática.

O teórico social francês argumenta que a dinâmica que revestiu os conflitos sociais indicando para a constituição de um novo modelo de sociedade no contexto da Restauração Francesa deveu-se à articulação dos seguintes fatores: a)

XVIII. Entretanto os feitos e efeitos da Revolução não se circunscreveram aos limites territoriais franceses, sobretudo, pelo papel desempenhado por Napoleão em sua *cruzada europeia*, disseminando os princípios, ideais, doutrinas e instituições revolucionárias, da “Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria”, estendendo eficazmente a universalidade da Revolução, explodindo “os sistemas políticos de todo o continente europeu”. Aos anos posteriores às Guerras Napoleônicas, resultaram a grande “fome de 1816-17 e as depressões nos negócios, mantendo um vivo e injustificável temor às revoluções sociais”.

¹ Eric Hobsbawm (1997, p. 109 e 121) esclarece que o estado de coisas da sociedade europeia se refere às guerras que acometeram a Europa, a partir de 1789, com o advento da Revolução Francesa que, em princípio, foi encarada pelos monarcas do continente com relativa tranquilidade, pois a simples e repentina transformação das instituições, a ocorrência de insurreições, a deposição de dinastias, a degola de reis não era algo que chocava os governantes do século

crescimento industrial; b) destituição hegemônica das classes feudais e ociosas; c) declínio do Estado sustentado pelo Antigo Regime; d) organização progressiva do pensamento positivo (revolução filosófica) (SAINT SIMON, 1817).

No entendimento *saintsimoniano*, esse período de transição política significou a ruptura com a antiga estrutura feudal e trouxe à superfície a divisão interna entre as forças incompatíveis e conflitantes, caracterizada pela inabilidade das elites dirigentes divergentes em edificar uma nova ordem social, representadas materialmente pelos leigos e burocratas que operavam o aparelho de Estado para proteger os interesses antissociais das classes ociosas, constituídas por rentistas e proprietários ausentistas de um lado. E, espiritualmente, de outro lado, pelos pensadores metafísicos que proclamavam um credo inconsistente, fundado em princípios negativos de igualdade e direitos naturais abstratamente concebidos, inspirados no ceticismo racionalista.

Para Saint Simon (1817), a ciência sempre foi a inseparável e fiel escudeira da indústria na luta contra o mesmo sistema opressivo, pois, à medida que a indústria se opôs ao poder territorial-militar, a obstinada força da ciência fez ruir o sistema das crenças teológicas que legitimavam a dominação feudal. A ciência associada à indústria promoveu a libertação do jugo feudal e seria capaz de suplantar qualquer força contrária à instituição da sociedade tecnocrática. Se, no passado, o povo foi súdito da

classe militar-feudal, com o advento da indústria e o surgimento da classe industrial, se fez sócio dela. O inegável valor da aliança ciência e indústria pode ser justificado por seu caráter representado pelas combinações industriais, nas quais todas as pessoas são colaboradores e/ou associados do empreendimento, desde a mera mão de obra até o engenheiro mais capacitado, unidos pelo interesse comum.

O intelectual francês acreditava que a luta de classes existia em razão da oposição praticada pela classe industrial à classe feudal, que teve início no momento em que a primeira se tornou escrava da segunda, ou seja, em sua apreensão, as antigas lutas entre senhores feudais e escravos, vilões e senhores feudais, senhores feudais e servos já expressavam as lutas de classes, que se desdobraram, em decorrência do desenvolvimento industrial e científico.

Na obra *Catéchisme des Industriels* (1823), Saint Simon identifica, no interior da sociedade do século XIX, um grupo componente da classe burguesa, denominado *rentista*², adversário dos produtores e operários da classe industrial. Não existe uma concepção específica em Saint Simon sobre a composição das classes sociais, há uma variação constante

² Os rentistas são considerados por Saint Simon como sujeitos inúteis, pois não participam do processo produtivo com o esforço de seu trabalho material ou intelectual. Não empregam seus recursos nos meios de produção. São financistas e/ou agiotas.

dos elementos componentes da classe industrial, bem como da oposição existente entre as classes: os burgueses, em princípio, integram a classe dos industriais que é a classe produtora; em outro momento, os burgueses, assim como os nobres, os militares, os funcionários do governo e o clero não integram a classe produtora, pois são preguiçosos e representam a classe ociosa da sociedade europeia do século XIX.

À indefinição conceitual de classe social em Saint Simon se agrega à oposição e à situação entre os chefes dos trabalhos industriais (patrão) e os operários das fábricas. O termo trabalhador é empregado tanto para designar o produtor e, nesse caso, abarcaria os industriais e os trabalhadores no chão de fábrica – no sentido literário utilizado atualmente –, quanto os operários, entendidos em função do emprego de sua força de trabalho no processo produtivo.

Para Saint Simon, a classe industrial era composta por todos aqueles que realizavam os trabalhos industriais de utilidade direta e indireta para a sociedade, por aqueles que dirigiam esses trabalhos e investiam os seus recursos (capitais) nas fábricas, e por outros tantos que, de alguma forma, contribuía com trabalhos úteis para a produção e para o desenvolvimento do processo produtivo, como os agricultores ou industriais agrícolas, operários, artesãos, cientistas, engenheiros, comerciantes, banqueiros, chefes dos trabalhos industriais ou patrões.

No entendimento do teórico francês, a combinação dos interesses comuns, apesar de suas diversidades, deveria contribuir para a associação dos sujeitos e para a unidade no interior da classe industrial, conduzida pelos chefes das indústrias e os cientistas³, visto que – de acordo com Saint Simon – não existia conflito, naquele momento, entre operários e chefes dos trabalhos industriais que pudesse prejudicar o interesse maior: a instituição da sociedade sustentada na eficiência e eficácia técnico-científica, para a promoção do bem-estar comum.

3 Ciência do homem e novo cristianismo

Saint Simon (1814) argumentava que, a partir do momento em que a civilização reconheceu que era possível adquirir e acumular riquezas por meio do empreendimento pacífico, mediante o desenvolvimento de trabalhos

³ Precisamos manter viva a seguinte realidade francesa dos anos iniciais do século XIX: a ciência eram os sábios acadêmicos; e a indústria eram, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros. Acreditamos que as preocupações e o desejo incontrolável de Saint Simon em estabelecer a supremacia da sociedade tecnocrática, tendo em vista garantir a existência de um mundo melhor para a classe mais numerosa e mais pobre da sociedade, em diversas situações e ocasiões, acabaram por lhe embaçar a visão, deixando de considerar, por exemplo, as alianças firmadas entre as elites – que enxergava como produtiva – em defesa de objetivos e interesses comuns, distintos e distantes daqueles comungados pelos pobres trabalhadores (MARX; ENGELS, 1961, p. 310).

industriais, seria natural que a direção temporal da sociedade fosse transferida das mãos de um poder militar às mãos da competência técnica e eficiente da classe industrial. A condução dos assuntos espirituais, por sua vez, deveria ser retirada da teologia e passada aos cientistas (*savants*), pois somente eles detinham o conhecimento e a capacidade científica positiva. Contudo os anos iniciais do século XIX demonstraram que a disposição e as características básicas da sociedade pouco mudaram, permanecendo sob a dominação das concepções do liberalismo econômico que haviam caracterizado o século anterior.

Na apreensão *saintsimoniana*, a resposta para a questão de quem deveria governar se encontrava na própria existência do Estado, para a condução da sociedade econômica tanto do tipo militar e teológico – Império Napoleônico – em que a indústria passou a desenvolver-se, quanto na época crítica – Restauração Francesa –, prolongada pela ação e atuação dos legistas e metafísicos, a fim de assegurar a manutenção dos privilégios e defender os interesses da burguesia.

Em qualquer etapa de seu desenvolvimento, a relação entre Estado e sociedade econômica demonstra que, em todo regime, o poder e a constituição políticos representam a expressão das manifestações próprias da condição da sociedade em seu conjunto. O Estado pode dominar artificialmente uma sociedade econômica madura para um regime industrial. Contudo, de tal dominação, resulta o atraso do desenvolvimento in-

dustrial e a submissão da classe trabalhadora à dominação da classe dominante.

Saint Simon (1817) argumenta que o Estado configurava-se como instituição permanente da sociedade e, em muitas situações, representava um obstáculo para o desenvolvimento das forças sociais vivas, apesar de depender de suas atividades coletivas gerais para garantir a sua existência, pois permanecia sob o sistema de governo edificado pelos legistas e metafísicos.

O teórico francês entendia que os legistas e metafísicos foram guiados pelo mesmo espírito de corpo, permaneceram fiéis aos seus princípios, independente das crises políticas que abalaram o mundo europeu. Lutaram exaustivamente para manterem-se no poder e assumiram novas roupagens adequadas às circunstâncias do momento histórico. Os legistas e metafísicos configuram-se mesmo como novos proteus, encarregados de formular e estabelecer os princípios do direito que resguardaram as vantagens da classe ou estratos dominantes em oposição aos interesses da classe proletária.

Na proposição *saintsimoniana*, a influência política dos legistas e metafísicos por sua própria condição deveria ser transitória, pois não dispunham de um planejamento organizacional voltado para a realização de transformações significativas nas condições de vida, da ampla maioria da população. Eles se mantiveram no poder e se aproveitaram do contexto histórico que se impunha ao mundo ocidental para dominar a classe industrial.

Os legistas no contexto da Revolução Francesa por sua repercussão, influência e consequência não se opuseram à burguesia na tentativa de reorganizar o sistema feudal e teológico que havia perdido as suas forças reais. Muito pelo contrário, adaptaram-se imediatamente às novas condições político-sociais que se delineavam e apropriaram-se da organização do sistema industrial e científico, usurpando o papel que deveria ter sido assumido e desempenhado pelos industriais e cientistas, uma vez que:

[...] os nobres e seus partidários se mostravam muito ativos na política enquanto que os industriais permaneciam passivos neste aspecto e sem organização; deve concluir-se e se conclui, em efeito, que os trabalhadores, que os produtores de coisas úteis, embora muito superiores em forças físicas e morais aos nobres, legistas e metafísicos, continuam sob a sua dominação. (SAINT SIMON, 2005, p. 182).

A aversão e o desprezo de Saint Simon para com a classe parasita é reiteradamente demonstrada, sobretudo aos legistas e metafísicos, como representação pessoal do aparelho burocrático do Estado, por sua atuação jurídica e advocatícia nos tribunais estatais, na defesa do direito baseado na tradição individualista e estadista, orientada pelo direito romano.

A proposta de substituição dos legistas e metafísicos na condução espiritual e material rumo à sociedade tecnocrática e à unidade europeia é

especificada por Saint Simon em *Cartas de um Habitante de Ginebra a sus Contemporâneos (1802)*. Em sua substituição, assumiria a organização política da sociedade um conselho composto por cientistas e artistas – três matemáticos, três físicos, três químicos, três fisiólogos, três literatos, três pintores e três músicos – eleitos pela humanidade, constituindo o denominado *Conselho de Newton*. Esse conselho central se dividiria em quatro países (partes): Inglaterra, França, Alemanha e Itália, devidamente representados pela mesma quantidade de cientistas e artistas.

Disciplinarmente organizados, seguiam os Conselhos de Divisão subdivididos em Conselhos de Seção. Todos os Conselhos dividiam-se em duas partes, a primeira constituída das quatro primeiras classes (matemáticos, físicos, químicos e fisiólogos), e a segunda, das três últimas classes (literatos, pintores e músicos). O matemático que obtivesse o maior número de votos seria eleito o presidente de cada conselho (Principal, Divisão, Seção).

Os membros dos Conselhos nomeariam anualmente cinco representantes: a) um Adjunto, com direito à assistência e voz deliberativa, na ausência do titular; b) um Ministro de Culto, responsável pela condução das cerimônias, eleito pelos quinhentos associados mais fortes; c) uma pessoa que tivesse prestado trabalhos de grande utilidade ao progresso das ciências e das artes; d) uma pessoa que tivesse realizado aplicações úteis das ciências e das artes ao bem-estar co-

mum; e) uma pessoa a quem se gostasse de dar provas de afeto pessoal. Todos os homens, sem exceção, seriam obrigados a desempenhar alguma função produtiva, considerados como “operários incorporados a uma oficina, cujas atividades teriam por finalidade aproximar a inteligência humana da Clarividência Divina” (SAINT SIMON, 2004, p. 11-14).

A filosofia e a religião em Saint Simon não se poderiam excluir, pois as duas buscavam a unidade na dispersão. A primeira, com a inteligência; e a segunda, com o sentimento. Para conferir ao seu estudo das sociedades uma materialidade científica que culminaria na formulação da *ciência do homem* e forneceria à indústria a condição necessária para a instituição da sociedade tecnocrática, era preciso considerar as relações sociais como fenômenos fisiológicos.

Essa nova epistemologia⁴ fundava-se na *fisiologia social* devendo ser orientada pelo método adotado por outras

ciências físicas, mas de uma maneira positiva e não conjectural. A *fisiologia social* não poderia adotar o mesmo modo de exposição da física dos corpos brutos, pois o elemento de vitalidade da vida em movimento se expressa na ciência do homem que representa uma fisiologia transcendente e concentra a sua ocupação no estudo dos corpos organizados. A *fisiologia social* focaliza as suas preocupações no estudo do corpo social, uma das engrenagens componentes da sociedade.

Portanto a *fisiologia social saint-simoniana* deve ser entendida como a ciência positiva do homem e da sociedade. Seu aspecto positivo demanda a sua base de conhecimento sobre uma observação objetiva da ordem social para desvendar as funções em seu interior, tendo em vista conhecer as organizações sociais. Para Saint Simon, as instituições sociais exprimem a composição e o fun-

⁴ As observações e/ou investigações expostas nos primeiros escritos de *Saint Simon – Cartas de un Habitante de Ginebra a sus Contemporáneos (1802), Ensayo sobre la Organización Social (1804), Lettre au Bureau de Longueurs (1808), La Historia Del Hombre (1810), Memórias acerca de la Ciencia del Hombre (1813), De la Réorganisation de la Société Européenne (1814)* – foram efetuadas no campo das ciências físicas, na biologia e na história e constituíram, de forma gradual, o que seria definido, mais tarde, como as regras do método sociológico. Completamente tomado pelas preocupações da construção da ciência social, Saint Simon não se ocupou do estabelecimento de regras prévias, como se encarregou Comte ao definir as regras do conhecimento positivo. A

epistemologia da fisiologia social em Saint Simon seria constituída por inúmeras confrontações e debates com as ciências naturais, conduzida a efeito no cerne de uma história intelectual viva e mediante uma série de adesões, contradições e impugnações: primeiramente buscou, na física newtoniana e, depois, na biologia, os modelos teóricos necessários para construir a sua ciência, mas ambas foram insuficientes para garantir o sucesso das intenções *saintsimonianas* que passa a refletir sobre o método histórico e, em particular, sobre a história das civilizações e, por último, sobre a economia política – tomando em análise as obras de Jean Baptiste Say e Adam Smith, que possibilitaram a constituição de uma estrutura intelectual própria do conhecimento social (GURVITCH, 1958, p. 43).

cionamento específico da sociedade, que devem ser considerados a partir de uma concepção científica para revelar as razões das transformações atuais e futuras dos processos sociais.

Ao definir que a *fisiologia social* se ocuparia do estudo das organizações sociais com o objetivo de demonstrar a especificidade dos distintos sistemas sociais por meio da análise das características particulares das relações sociais, da composição das instituições e seu funcionamento interno/externo e a reciprocidade de suas relações, automaticamente Saint Simon fundava as *Ciências Sociais*. A consequência imediata dessa criação foi representada pela própria condenação do regime político de seu tempo e do estabelecimento dos meios materiais para promover a sua extinção. As *Ciências Sociais* deveriam edificar as linhas para o seu desenvolvimento pleno e instituir uma prática política capaz de empreender a construção da nova sociedade.

A *fisiologia social* não continha qualquer biologismo e se caracteriza pelo estudo do esforço humano coletivo, esforço material e espiritual, esforço de produção econômica, de criação moral e intelectual, esforço pelo qual a sociedade cria a si mesma, cria o homem, as estruturas sociais e as civilizações que lhes são próprias. Saint Simon designa a “fisiologia social – cuja denominação mais apropriada seria sociologia – como a ciência da liberdade”, ideia que se encontra contida nas obras do jovem Marx (GURVITCH, 1958, p. 43).

A partir dos escritos contidos em *Du Système Industrial (O Sistema Industrial)* e *Nuovo Cristianesimo (Novo Cristianismo)*, a ideia de uma existência divina assume primeiro plano para atribuir um significado cada vez mais relevante aos sentimentos morais. Saint Simon acredita que, sem a caridade, a filantropia e o dever recíproco, não seria possível estabelecer a nova ordem social e humana com vistas a promover o respeito humano mútuo, assegurar a valorização de uma ativa razão fraterna e demonstrar a existência de uma comunidade natural, uma substância única que torna os homens irmãos (SAINT SIMON, 1821a; 1821b; 1949).

O *Novo Cristianismo* substituiria o antigo caráter religioso cristalizado na vigência do sistema feudal por uma religião da imanência, adaptada ao regime industrial do século XIX, sob o domínio da moral sobre o dogma e o culto, porque a religião, em todos os tipos de estruturas sociais, é necessariamente moralizante e enaltece a caridade e o humanismo. A nova religião em Saint Simon passava a figurar logo abaixo do regime industrial, na medida em que se revelava a impotência da técnica, ante o poder político dos leigos e metafísicos associados ao poder econômico dos proprietários ociosos burgueses, para construir os fundamentos capazes de promover a organização da sociedade tecnocrática.

O recurso da religião não afastou Saint Simon da construção de um sistema científico positivo, ordenado pelo conhecimento das sociedades,

estabelecido por meio de observações históricas, econômicas e políticas, para a demonstração e explicitação do significado das necessidades presentes, resultando em um ajuste prático, capaz de dotar os homens de uma consciência clara de suas ações e realidades sociais (ANSART, 1969, p. 57-59).

Em sua busca por uma alternativa política, tendo em vista oferecer aos homens uma fórmula capaz de responder às tensões e solucionar as questões que se impunham à sociedade de seu tempo, Saint Simon não pretendeu e não se ocupou de forma efetiva da construção de tal sistema. Ele não realizou a tarefa de escrituração da formulação da ciência que se propunha a estabelecer e que representava o objetivo da nova sociedade tecnocrática organizada pelo conjunto de ideias que assegurassem a sua unidade.

O autoritarismo tecnocrático *saintsimoniano*⁵ é complementado por seu

⁵ Saint Simon não prima pela originalidade, mas pela coerência, pois não existe tema mais recorrente do que este em todas as manifestações do pensamento tecnocrático. É assim que se imagina a dominação tecnocrática: inquestionável e autoritária, por um lado; macia e imperceptível, pelo outro. Na visão tecnocrática, o mundo social não se acha estruturado em termos de forças sociais que têm objetivos conflitantes e que lutam concretamente entre si para manter ou transformar o quadro histórico que define as posições dos diversos atores e as regras do jogo político. Para o pensamento tecnocrático *saintsimoniano* a contradições entre classes, grupos e setores da sociedade existem antes, mas não depois de instaurada a ordem tecnocrática (MARTINS, 1975, p. 52).

universalismo político, visto que toda sociedade, que se pretende verdadeiramente tecnocrática, não pode restringir-se aos limites territoriais de um único país. O universalismo *saintsimoniano* resultaria do trabalho efetivo, da atividade profissional, da aproximação de grupos homólogos e de trabalhadores similares em países diferentes, reunidos em associações organizadas e duradouras, mesmo com a existência de possíveis hostilidades entre as diversas nações.

De acordo com Saint Simon, essas associações se constituiriam em sociedades internacionais de cientistas, industriais e trabalhadores que se especializariam na proporção de sua multiplicação, importância e substância à civilização mundial. A tecnocracia figuraria como um fenômeno internacional em que os interesses nacionais não significam nada mais do que pretensões particularistas, destituídas de razão de ser, diante da magnitude do saber científico e industrial, fundamentais para o planejamento e desenvolvimento das forças materiais e espirituais da sociedade mundial.

4 A educação como fenômeno cultural e social

Na obra *De la Reorganisation de la Société Européenne (A Reorganização da Sociedade Europeia – 1814)*, Saint Simon afirma que a prosperidade da humanidade não se encontra no passado remoto e, menos ainda, no passado recente; a prosperidade do homem está no futuro e repousa na perfeição da ordem que

será estabelecida pela competência e eficiência da sociedade tecnocrática. O autor lamenta a impossibilidade de sua existência não alcançar o preconizado paraíso social e ressalta que os homens de seu tempo têm a responsabilidade e o dever de preparar o caminho, para que seus filhos possam chegar até ele um dia.

As pretensões *saintsimonianas* encontram seu corolário na organização de um sistema de ensino público, ligado às transformações sócio-históricas que se processavam na sociedade francesa. A educação representava importante ferramenta para a definição da reorganização da sociedade tecnocrática, orientada pela promoção do bem-estar coletivo, tendo em vista a divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada sujeito/trabalhador. As discussões sobre o sistema de ensino público são expostas em *Opinions Littéraires, Philosophiques et Industrielles (Opiniões Literárias, Filosóficas e Industriais)* de 1825, obra em que encontramos também as definições de educação (*éducation*), instrução (*instruction*) e ensino (*enseignement*) e suas respectivas distinções.

O estabelecimento da sociedade tecnocrática deveria acontecer mediante a associação dos sistemas científico, religioso, legislativo, artístico e instrucional. O aperfeiçoamento da educação constituiria grande significado para a realização do bem-estar social e, vinculado ao ensino institucionalizado, poderia possibilitar a transmissão oral de hábitos e costumes para o desenvolvimento dos

sentimentos e das habilidades para ensinar o homem a fazer aplicação dos mais diversos princípios e a utilizá-los na vida cotidiana em seus aspectos individuais, familiares, profissionais e sociais.

A proposta de educação *saintsimoniana* deve ser apreendida como fenômeno cultural e social, historicamente caracterizada por seu aspecto teleológico, transmitida integralmente em sua estrutura assentada em princípios e meios disponibilizados pelo próprio contexto sociocultural. A educação defendida por Saint Simon (1825) é configurada pela ação societária sobre o sujeito, tendo em vista a sua adequação aos padrões sociais, econômicos, políticos, bem como aos demais interesses convencionados pela sociedade.

Como fato histórico, a educação em Saint Simon se realiza no tempo e deve ser apreendida como processo que se ocupa da formação da pessoa humana em sua plenitude, para integrá-la à sociedade e ao modelo social em vigência. Como fenômeno cultural, representa a busca pela transformação e superação da sociedade capitalista, imbuída do propósito de fomentar o bem-estar comum, vislumbrando a difusão e transmissão da cultura de um contexto sócio-histórico em sua concepção global.

A definição de instrução de Saint Simon deveria ser apreendida como expressão e assimilação de conhecimentos e habilidades caracterizados pelo grau do desenvolvimento intelectual e capacidades inventivas da pessoa humana, considerando sua participação

nos campos econômico, social, cultural e político visando sempre ao exercício de suas atividades laborais.

O ensino, por sua vez, deveria ser entendido como processo de transmissão e apropriação do sistema de conhecimentos e capacidades duradouras aplicáveis como meio de treinamento contínuo para desenvolver e apurar as habilidades individuais. O ensino deveria constituir uma atividade direcionada pelos professores à formação qualificada ou especializada dos homens (aprendizes/alunos), consubstanciado na educação, na instrução e no treinamento profissional como formas concretas de manifestação da realidade objetiva que conduzem à formação qualificada do sujeito (SAINT SIMON, 1825).

Para o intelectual francês, apenas a interação das relações sociais representava a educação em sua essência, fundamental à constituição do homem como ser, e da sociedade como espaço da ocorrência de experiências individuais e coletivas, vivenciadas no passado e no presente, resultando em conhecimentos construídos e transmitidos às novas gerações para a edificação da sociedade tecnocrática.

Para realizar uma organização e sistematização harmoniosa entre o sistema público de ensino e os sistemas científico, religioso, legislativo e social, um *troisième cahier* (terceiro caderno) deveria ser incorporado aos primeiros escritos da obra *Catéchisme des Industriels (Catecismo dos Industriais – 1823)*, concentrando as definições tanto do

sistema de ensino, quanto do sistema científico: “confiamos a execução deste importante trabalho que criamos as bases, ao nosso aluno Augusto Comte, que apresentará o sistema industrial a priori, à medida que continuamos a construir o catecismo para ser exposto futuramente” (SAINT SIMON, 1875, p. 56).

O discípulo Augusto Comte desconsiderou as orientações do mestre, transformando o *Troisième Cahier du Catéchisme des Industriels* em uma publicação individual, sob o título *Perspectives du Système de Politique Positive (Perspectivas do Sistema de Política Positiva)*, levando o próprio Saint Simon a elaborar as considerações sobre o sistema público de ensino, privilegiando inicialmente o proletariado com a educação, em detrimento da instrução:

[...] o desenvolvimento da educação propriamente dito é mais importante para o crescimento do bem-estar social do que o desenvolvimento da instrução. É a educação em si, que forma os hábitos, que desenvolve os sentimentos, que desperta a capacidade de previsão; ensina cada um a fazer aplicação dos princípios e a utilizá-los como guias corretos para dirigir a conduta de cada pessoa. A educação pode ser vista como conhecimento continuado, indispensavelmente necessário para a manutenção das relações entre os membros da sociedade. (SAINT SIMON, 1825, p. 102).

Saint Simon (1825) reitera que apenas a aplicação da instrução à pessoa

(criança, jovem ou adulto) de forma isolada não seria suficiente para prepará-la para enfrentar a realidade da vida, pois somente a educação reunia as condições para contemplar os princípios morais, os sentimentos individuais e coletivos do homem, a preparação profissional, bem como a inserção e o convívio em sociedade.

O autor nos convida a entrar num contexto hipotético e imaginar que crianças foram sistematicamente instruídas e completamente privadas de educação – da família, dos amigos, dos vizinhos, das relações sociais em si. Ele nos pede para reconhecer, por um breve momento, a existência de uma instituição de ensino em que as crianças frequentam os melhores cursos, têm os melhores professores em todas as disciplinas e gêneros. Durante as aulas, essas crianças não podem e nem devem comunicar-se umas com as outras ou com o próprio professor, sobre qualquer coisa além das questões pertinentes ao conteúdo estudado. Nos intervalos das aulas, ficam separadas e permanecem completamente isoladas, para preservar a concentração e evitar qualquer tipo de distração.

Em tal contexto, “essas crianças são completamente privadas de educação. O que lhes aconteceria ao término do período de instrução formal? O que se tornariam ao entrar no mundo?”. Provavelmente seriam incapazes de identificar ou reconhecer a existência e utilidade dos mais singelos princípios sociais para se viver bem. Elas não teriam qualquer conhecimento ou experiência sobre as

relações em sociedade e precisariam de muito auxílio para percorrer um longo caminho para aprender a sentir, para aprender a fazer, para estar em condições de ocupar uma função social determinada (SAINT SIMON, 1825, p. 102-103).

A essência da concepção de educação em Saint Simon é constituída pelas interações e relações sociais e são fundamentais para a própria constituição do sujeito como pessoa humana e da constituição da própria sociedade em si e para si, visto que configura o espaço de ocorrência das experiências, individuais e coletivas da humanidade, vivenciadas no presente, decorrentes do acúmulo de conhecimentos adquiridos no passado, transmitidos às novas gerações para a edificação da sociedade do futuro.

Na apreensão *saintsimoniana*, o papel desempenhado pelas instituições sociais como a família e a escola, no processo de formação em que a criança recebe informações triviais sobre os precedentes históricos da vida em sociedade, consubstanciam tanto os familiares (pais) como os supervisores de instrução em verdadeiros professores de toda pessoa humana. O ensino de hábitos e costumes, de princípios éticos e morais da vida cotidiana, promove o desenvolvimento da inteligência das crianças, aproximando-as da aprendizagem dos conhecimentos mais abstratos (SAINT SIMON, 1825).

Chamamos a atenção para a maneira com que Saint Simon expressa o antagonismo de classes existente na

sociedade francesa dos séculos XVIII e XIX ao demonstrar que o golpe de misericórdia lançado sobre o feudalismo não significou outra coisa senão a transferência de posse da exploração exercida sobre a massa trabalhadora, do senhor feudal para burguesia, construindo as condições econômicas, políticas e sociais objetivas, ordenadas por meio da racionalidade e eficiência da indústria, para o possível estabelecimento da sociedade tecnocrática. A recém-nascida sociedade capitalista ainda não havia alcançado:

[...] o elevado grau de civilização que a última classe da nação francesa atingiu, ainda não consegue apreciar o verdadeiro valor de uma evolução positiva em inteligência, sofrido pela classe proletária. Proletários que ganharam clarividência e tornaram-se mestres de suas paixões e de seus desejos mais naturais, capazes de suportar a fome ao lado da semente de trigo. Isso é especialmente superior em civilização; a classe mais numerosa das mais numerosas classes de outras classes, a classe pobre, tem precedência sobre a minoria dos demais conjuntos mais ricos, e essa superioridade é, sem dúvida, tudo o que há de mais positivo [...] esses sentimentos de animação motivam os proletários a desfrutar das primeiras circunstâncias que possam surgir para iniciar a guerra dos pobres contra os ricos, enquanto o proletariado francês tem apego e carinho para o rico industrial. (SAINT SIMON, 1825, p. 105-106).

Apesar das limitações especificadas pelo teórico francês acerca da instrução do proletariado, na medida em que enaltece a educação em prejuízo da instrução, ele reconhece a necessidade e a importância de promover e realizar o processo de instrução da classe trabalhadora, por meio da implementação do sistema público de ensino, tendo em vista acompanhar e, por sua vez, assegurar o desenvolvimento produtivo da indústria em prol do bem comum. Portanto a criação e manutenção de um sistema público de ensino conveniente para o proletariado eram imprescindíveis.

Segundo Saint Simon (1821a, p. 266-267), era preciso adequar a instrução, de modo a associá-la às atividades laborais cotidianas do proletariado, pois a “instrução que os pobres mais necessitavam era aquela que realmente os tornariam mais capazes e eficientes na realização de tarefas diárias que lhe eram cobradas”. As pessoas precisavam aprender também um pouco de geometria, física, química e higiene, que constituem conhecimentos fundamentais e significativamente úteis para a vida cotidiana.

No entendimento *saintsimoniano*, os únicos homens em condições de assumir, organizar e administrar um bom sistema de ensino seriam aqueles que professavam as ciências físicas e matemáticas, capazes de realizar a importante tarefa de aperfeiçoar a inteligência individual e coletiva dos membros da sociedade. O modelo de ensino a ser

adotado se pautaria na aprendizagem mútua das pessoas, visto que associaria educação à instrução e proporcionaria uma aprendizagem mais rápida a todos os envolvidos no processo, assegurando maior uniformidade da doutrina/ensinamento.

As propostas *do intelectual francês* para a instrução do proletariado francês partiam da possibilidade de criação e oferta de uma educação popular alinhada às transformações do sistema produtivo, com o propósito de desenvolver uma relativa consciência da classe trabalhadora sobre a importância de suas atividades como classe produtiva. Como peça fundamental para atingir a segunda fase de desenvolvimento do binômio educação-instrução, associada à evolução da indústria em sua fundamentação técnica e científica, era preciso conquistar habilidades e competências fundamentais para a assunção à administração das coisas, tendo em vista a geração de riquezas e a consequente promoção do bem-estar da coletividade.

Considerando as relações sociais como elementos de aproximação e união entre os membros da mesma sociedade que possuem anseios, desejos, princípios e conhecimentos em comum, é possível entender que tais similaridades existem em decorrência do ensino (educação-instrução) empregado à sociedade, de acordo com Saint Simon (1821b, p. 105). Para ele o ensino público constitui, antes de qualquer outra forma, a responsabilidade e o dever do Estado de garantir o acesso e a permanência do sujeito na

instituição de ensino, assegurando o seu desenvolvimento pleno e atendendo também às necessidades requeridas pelo próprio desenvolvimento econômico do sistema.

Saint Simon ressalta que o desenvolvimento da sociedade encontra-se imbricado ao desenvolvimento da ciência, apreendida em âmbito geral na sua fundamentação teórica, traduzida à luz do campo da educação como consequência do esforço coletivo da atividade humana imanente que o produz. A unidade da educação-instrução deve ser entendida tanto como atividade material quanto como atividade espiritual que se manifesta igualmente na produção econômica, na indústria, nas tensões, conflitos, lutas e organizações sociais.

Nesse sentido, para ele, não existe a possibilidade de admitir a unidade da educação (ciência geral ou filosofia), sem estabelecer um vínculo umbilical com a sociedade da qual emana, sem analisar seus processos ou determinar sua posição na atividade global dessa sociedade. Do mesmo modo, expressa a necessidade em definir e explicitar o papel a ser desempenhado por cada pessoa ou grupo de pessoas em seu interior.

Portanto a função social da educação localiza-se no nível de conhecimento acumulado e no grau de importância da função desempenhada por seus representantes. Por exemplo, os estudiosos são superiores aos demais homens, pura e simplesmente porque as suas capacidades intelectuais e racionais lhes

permitem realizar previsões, e somente o progresso da ciência configura o principal interesse comum da humanidade. Portanto somente a esse seletivo grupo deverá ser concedida a direção da sociedade tecnocrática, representada por meio dos Conselhos de Newton, mais especificamente, “o Conselho de Administração de Newton que coordenará todas as atividades da nova sociedade” (SAINT SIMON, 2004, p. 11-15).

Saint Simon (1825) argumenta que as atividades práticas deveriam ser precedidas de educação e instrução para a edificação da nova sociedade tecnocrática, visto que as atividades laborais do operário, do industrial, do fazendeiro e do comerciante são essenciais para transpor o sistema capitalista vigente em sua época, e em direção a uma distribuição de riquezas e de oportunidades mais justa e igualitária entre os indivíduos, tendo em vista assegurar o bem comum de toda a população, respeitando-se as posições previamente definidas no Conselho de Newton.

Parte da utopia das teses *saintsimonianas* pode ser encontrada nas argumentações de que os cientistas e intelectuais, naturais das classes abastadas, abdicariam – como o próprio Saint Simon abdicou – de suas posições socioeconômicas e políticas, de seus bens materiais e intelectuais e transfeririam para o povo tudo e todo o conhecimento que adquiriram e acumularam ao longo de anos, décadas, séculos, milênios. A desmedida crença *saintsimoniana* pressupunha uma ação filantrópica generalizada das elites

francesas para a partilha de todo o seu capital com a classe proletária, por sua finalidade e sua capacidade produtiva, orientada pela premissa cristã de que “*todo ser humano deve amar ao seu próximo como a si mesmo*”.

Entretanto a filosofia e a ciência em suas essências e significados não poderiam ou não deveriam ser ensinadas a obedecer aos mesmos princípios para burgueses e proletários, mesmo considerando que, na sociedade tecnocrática, existiria apenas uma classe social: a industrial. Saint Simon especifica e distingue claramente as categorias contidas no interior da classe industrial, aponta os seus valores na estrutura organizacional administrativa: os *savants* (cientistas e intelectuais) e os proprietários industriais ocupariam o topo da pirâmide, apesar do reiterado discurso do desprezo à origem, tanto em materialidade quanto em espiritualidade dos novos ricos, e da herança aristocrática dos reis e príncipes assentada no direito divino. A nova sociedade deveria estar baseada no princípio de igualdade e excluir todos os tipos de privilégios.

Dentre as atribuições dos Conselhos do Conselho de Newton encontrava-se a incumbência de avaliar a capacidade intelectual das pessoas. Aqueles sujeitos considerados menos capazes não teriam acesso direto ao aprendizado das verdades científicas, somente tomariam parte desse conhecimento nos cultos e rituais definidos pelo Novo Cristianismo⁶.

⁶ Consultar Saint Simon (1949).

A Academia de Belas Artes, com base num código de sentimentos morais substituto dos preceitos e dogmas religiosos da Igreja Católica, se responsabilizaria pela difusão da nova religião. A elite seria educada e instruída na Academia de Ciências, orientada por um código de interesses sociais. A filosofia e a ciência seriam integralmente ensinadas, em virtude das posses e da pressuposta capacidade elevada em aprender da classe abastada.

De acordo com as especificações de Saint Simon, as duas Academias deveriam atuar conjuntamente, com o propósito de instituir o sistema público de ensino, tendo em vista a formação de uma coesa força orientadora para o estabelecimento e sucesso da sociedade tecnocrática, assentada na unidade social. Primeiramente, seria realizada a formação e, em seguida, o aperfeiçoamento da classe proletária, pois os códigos serviriam de base para a instrução da sociedade.

Saint Simon justificava a propozição da existência dos dois tipos de instrução em virtude das condições e circunstâncias. Alegava que era perfeitamente compreensível que “os ricos desfrutassem da vantagem de poder dedicar mais tempo e recursos à sua educação, na qual, o código geral de interesses que lhes é ensinado tem maior proveito do que aos pobres”, mas seria preciso concentrar as preocupações e esforços para “proporcionar à classe pobre uma educação que lhe permita mover-se para frente, de modo que os ricos não possam

abusar da sua posição de superioridade e conhecimento” (SAINT SIMON, 1875, p. 201).

A proposta política do intelectual francês para a materialização do sistema público de ensino contida no *Quarto Caderno do Catecismo dos Industriais (1823)* especificava a necessidade do Monarca Luís XVIII disponibilizar e:

[...] expor aos industriais os métodos que devem ser usados para que Sua Majestade queira confiar o mais importante deles o cuidado em realizar o projeto de orçamento público; indicar aos cientistas a maneira pela qual seriam escolhidos e encarregados entre os seus pares os mais capazes o cuidado de dirigir a educação pública e os demais interesses morais da sociedade. (SAINT SIMON, 1875, p. 197).

Essas especificações são evidenciadas na estrutura organizacional da administração para a nova sociedade, denominada por Saint Simon de *Parlamento Industrial*⁷, disposto na seguinte conformidade:

a) Câmara de Inversão: composta por 200 engenheiros, 50 poetas e literatos, 25 pintores, 15 escultores e 10 músicos. Essa Câmara seria responsável pela apresentação de projetos de obras públicas, pela organização de festas públicas da esperança e da lembrança e para melhorar o destino do povo;

b) Câmara de Exame: constituída por 100 físicos dos corpos brutos, 100

⁷ Consultar Saint Simon (2004).

físicos dos corpos organizados e 100 matemáticos se encarregariam de examinar os projetos da Câmara de Inversão, elaborar o Projeto de Ensino Público e organizar as festas públicas em geral;

c) Câmara de Execução: representada pelos melhores proprietários industriais, sendo o número de membros proporcional à população do distrito. Essa Câmara Distrital seria responsável pela execução dos projetos elaborados pelas duas primeiras Câmaras.

Saint Simon (1875) exaltava o valor social das atividades econômicas patrocinadas pelo proprietário industrial (burguês), ao considerar a sua capacidade racional e sua racionalidade, a sua competência e eficiência na condução de seus negócios particulares (empresas) – razões que o qualificavam para assumir a administração da coisa pública. O autor também reconhecia a existência de tensões e conflitos entre os proprietários (burgueses) e os não proprietários (proletários) dos meios de produção. Entre os chefes dos trabalhos industriais e os executores dos trabalhos industriais e entre estes e os *savants*.

Na utópica e conflitante apreensão *saintsimoniana*, essas oposições e divergências de interesses se resolveriam de forma espontânea, por meio de ações conciliadoras e, ao mesmo tempo, acreditava-se que a existência do egoísmo e da ânsia pelo acúmulo de riquezas dos ricos poderia dificultar a organização da sociedade tecnocrática em sua unidade, a mesma que deveria primar por uma nova socialização do homem, funda-

mentada na solidariedade inovadora e nas relações produtivas.

O intelectual francês preocupou-se demais com a valorização das atividades práticas como instrumento imprescindível para a promoção da melhoria da qualidade de vida do proletariado. Parece não ter se ocupado da distinção entre as profissões que exigem uma concentração mais efetiva em atividades práticas, essencialmente manuais, daquelas outras, altamente especializadas e restritas à classe dominante. Parece ter reduzido as atividades naturais do espírito humano a atitudes puramente teóricas, em sua razão prática.

Saint Simon argumentava ainda, que era preciso fazer frente ao fundamento de atividade plena e total que abrangia a luta cotidiana do ser humano em materialidade e espírito, em sua produção material e afetiva que se manifesta por meio dos princípios morais. As grandes revoluções científicas resultam da genialidade e das formulações morais em que as lutas cotidianas se relacionam com a produção material da sociedade, sendo indissociável a equação intelectualidade e conhecimento. Saint Simon admitia que o ensino público inserido num contexto social determinado poderia remeter a sua essência à função política definida pela apropriação de um conjunto de métodos e conteúdos específicos, tendo em vista assegurar a difusão e legitimação ideológica das elites dominantes.

5 Conclusão

Entendemos que a sociedade tecnocrática proposta por Saint Simon deve ser apreendida pela primazia da eficiência técnica produtiva, pela utilização e aplicação racional dos recursos materiais e intelectuais, pela distribuição e redistribuição igualitária da riqueza produzida destinada ao consumo final. Pode ser apreendida ainda, pela valorização das atividades inerentes ao devido exercício da autoridade profissional e pelos aspectos humanos com vistas a garantir, em plenitude, o bem-estar individual e coletivo de toda a sociedade.

A fisiologia social *saintsimoniana* deveria tornar a política positiva e desvendar os aspectos fundamentais para a organização social, indicando os meios para a sua realização, isto é, a transposição dos problemas científicos e filosóficos para uma prática política, que garantiria a supressão do modelo vigente por meio de uma grande revolução, caracterizada pelo advento da sociedade industrial, entendida como a união dos homens consagrados a um esforço comum e considerados em suas relações sociais (SAINT SIMON, 1875, p. 36-39).

As proposições teóricas *saintsimonianas* para a organização de um sistema de ensino público associado às transformações sócio-históricas que se processavam na sociedade ocidental, se constituiriam em instrumento essencial para a definição da reorganização político-social tecnocrática, orientada para a promoção do bem-estar coletivo, mediante a

divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada pessoa/trabalhador.

A não materialização das teses de Saint Simon nos contextos históricos a qual o envolveu não diminui a sua importância, uma vez que é possível assimilar e apreender os seus fundamentos como instrumentos para o exercício intelectual e como obra política, dedicada e comprometida com as questões de ordem social, e como proposição de edificação e estabelecimento de uma nova sociedade liderada e dirigida sob as racionalidades técnicas e produtivas de cientistas e industriais.

O conjunto das obras desse intelectual estabeleceu os parâmetros e nos forneceu as bases teóricas para que pudéssemos realizar o estudo de seus fundamentos e de sua variação, bem como de sua apropriação, adaptação e utilização pela perspicácia capitalista na medida em que (re)orienta os caminhos e (re)estrutura o sistema econômico, especialmente em situação de crise, assegurando a sua existência e manutenção.

Podemos sintetizar os fundamentos orientadores das propostas teóricas *saintsimonianas* para a instituição de uma sociedade administrada pela ação racional da tecnocracia, considerada como uma alternativa política ao capitalismo, sob a perspectiva de uma organização científica do Estado, na qual e pela qual os interesses privados e as ideologias da classe dominante devem ser desprezados, em prol do bem-estar comum da população mundial, a saber:

1) Os cientistas, engenheiros, especialistas e técnicos, tanto por formação, atividade e experiência, quanto por competência e eficiência técnica, compõem o *staff* geral da indústria. Portanto é o único estrato de classe capaz de produzir as transformações necessárias à boa saúde da indústria e conduzir a sociedade em direção a uma vida mais digna e confortável.

2) A técnica deve substituir gradativamente a ineficiência da ação política dos legistas e metafísicos com vistas a evitar desperdício de recursos de qualquer ordem e, sobretudo, evitar a existência da corrupção.

3) O caminho a ser trilhado para formar e adequar a humanidade aos novos padrões morais e sociais é, sem dúvida, o da educação. Único campo capaz de garantir a formação e implementação de políticas públicas que atendam os interesses reais de toda a sociedade, em especial, da classe proletária, visando à promoção e garantia do bem-estar comum.

4) A tecnocracia deve zelar para que a pessoa humana tenha assegurada a oportunidade de acessar e completar a sua formação instrucional em uma instituição pública de ensino, sob a responsabilidade do Estado.

5) Os tecnocratas precisam atuar de forma hostil em relação aos políticos, às suas práticas e instituições, que, por sua vez, devem ser reduzidos a um simples problema técnico.

6) A tecnocracia deve desconfiar sempre da abertura e liberdade políticas

preconizadas pela democracia, pois, no atual sistema capitalista, nem todos os sujeitos têm oportunidades iguais, que lhes assegurem ascensão social e nem tampouco são considerados igualmente capazes de tomar decisões racionais e científicas, dada a sua própria origem social.

7) A tecnocracia deve ser contrária a determinados critérios morais ou políticos instituídos pela religião e pela classe dominante, levando sempre em consideração que todo problema deve ser tratado de forma científica, racional e objetiva, pois, para qualquer problema social deve existir uma solução técnica e objetiva.

8) Somente o tecnocrata é capaz de enxergar, de forma ampla e objetiva, os problemas e os males da sociedade, visto que uma de suas responsabilidades está vinculada à racionalidade técnica, dada a probabilidade de resolução dos problemas em função de sua ampla e irrestrita utilização, sempre visando ao bem comum.

9) O comprometimento do tecnocrata com a produtividade material e com o desenvolvimento científico e tecnológico não pode estar desvinculado dos princípios de distribuição das riquezas produzidas e de justiça social.

10) A instrução deve ser aplicada como mecanismo de ensinamento permanente dos conhecimentos essenciais para a existência e manutenção das ações e relações entre os sujeitos que integram a sociedade tecnocrática e o sistema produtivo.

Finalizamos as nossas constatações inferindo que a importância histórica dos escritos de Saint Simon está em sua apreensão como obra política e instrumento intelectual, dedicada ao estudo dos problemas e conflitos so-

ciais, e à tentativa de construção de uma sociedade liderada e dirigida sob as racionalidades técnicas e produtivas dos cientistas e industriais em substituição aos políticos, tendo em vista promover e assegurar o bem-estar da coletividade.

Referências

- ANSART, Pierre. *Saint Simon*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.
- GURVITCH, Georges. *Los fundadores franceses de la sociología contemporánea: Saint Simon y Proudhon*. Buenos Aires: Ediciones Galatea, 1958.
- HOBBSAWM, Eric John. *A era das revoluções (1789-1848)*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARTINS, Carlos Estevam. *A tecnocracia na história*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, 1982. (livro 1, v. 2).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Polar, 1961. v. 2.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *Cartas de un habitante de Ginebra a sus contemporáneos (1802)*. Primeira Edição Cibernética, maio de 2004. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/filosofia/saint_simon/saint_simon.html>. Acesso em: 1 fev. 2011.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *Catéchisme des industriels (1823)*. Paris: Libraire de la Société des Gens de Lettre, 1875.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *De la réorganisation de la société européenne*. Paris: De-launayLibraire, 1814.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *Du système industriel*. Paris: Antoine-Augustin Renouard, 1821a.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *Du système industriel: au roi, première adresse. Deuxième Partie*. Paris: Marchands de Nouveautés, 1821b.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *L'industrie: discussions politiques, morales et philosophiques. Tome Premier*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Salle de Lecture des Imprimés, 1817.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. La disputa entre las abejas y las avispa de la situación respectiva de los productores, de los consumidores y no productores (1819). In: IONESCU, Ghita. *El pensamiento político de Saint Simon*. 2. ed. México: FCE, 2005.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *Nuovo cristianesimo*. Milano: Universale Economica, 1949.
- SAINT SIMON, Henri Comte de. *Opinions littéraires, philosophiques et industrielles*. Paris: Galerie de Bossange Père Libraire, 1825.

Recebido em outubro de 2014.

Aprovado em abril de 2015